

CLIPPING IMPRESSO

16/05/2021

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. JUÍZES.....	1 - 3
2. JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO	
2.1. INSTITUCIONAL.....	4
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. ASSESSORIA.....	5
3.2. INSTITUCIONAL.....	6
3.3. JUÍZES.....	7
3.4. NÚCLEO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA.....	8
3.5. VARA CRIMINAL.....	9

E-mail pra Dona Bibi

djalmarodrigues1@gmail.com



Dentre as vítimas da pandemia que fizeram a viagem celestial, destaque desta semana para a culinária e empresária Ana Lula e o advogado criminalista Mozar Baldez. Vou te relatar aqui como conheci a ambos.

*

Ana Lula é mãe do ex-secretário de Saúde do município, na gestão de Edivaldo Holanda Júnior. Meu primeiro contato com ela foi no bar e restaurante Antigamente, de sua propriedade, localizado ao lado da Câmara Municipal de São Luís, no Reviver.

*

O Antigamente era um ambiente que unia o rústico ao sofisticado, com deliciosas comidas típicas. Certa vez, estava tomando umas gelatinosas com os saudosos Fernando Sá Vale e Raimundo Assub, quando ela apareceu, sentou em nossa mesa e levou um papo de 30 minutos. Era amiga dos dois.

Virei habitué do Antigamente, até que o estabelecimento cerrou as portas. De vez em quando conversávamos sobre os mais variados assuntos. Aprendi a fazer cuxá através de uma de suas receitas. Era uma artista da culinária.

*

Quanto ao Mozart, este era um polemista desde a infância. A família era oriunda do Maracanã, e foi morar no Apeadouro. Costumávamos jogar futebol juntos na fase da adolescência. Daí, perdemos o contato.

*

Certa vez, estava no comando de um programa na Rádio Capital, e fui apresentado ele pela Itamar-gareth Correa Lima, então diretora de Comunicação da Câmara Municipal. O reconheci e o entrevistei. Falou sobre sua carreira como policial civil no Distrito Federal e como advogado e disse que estava fundando o Sindicato dos Advogados do Maranhão.

*

Depois disso, virou notícia quase que diariamente, pelas polêmicas que criava. Foi candidato a presidente da seccional da OAB/MA e sentava a pua em juizes que só frequentavam suas comarcas às terças, quartas e quintas-feiras, os chamados "TQQs".

*

Vivia às turras com magistrados e promotores e não levava desaforos para casa. Era um excelente causídico e foi levado ainda muito jovem pela Covid-19.

Osmar Gomes dos Santos, Juiz de Direito da Comarca da Iha de São Luís. Membro das Academias Ludovicense de Letras; Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.



O GATILHO QUE NÃO SE PUXA SÓ

Neste breve rascunho quero prestar solidariedade às dezenas, centenas, milhares de famílias vítimas da violência policial em todo Brasil. Mas muito mais que uma eventual ação desastrosa, o episódio recente da Comunidade do Jacarezinho escancarou uma face que muitos não conseguem dimensionar.

Antes de sentar na cadeira de magistrado, fui membro das forças de segurança, especificamente a respeitada Polícia Civil do Maranhão. Nos vários papéis que assumi, ora lá, ora cá, pude colher boas experiências e posso afirmar: o gatilho de um policial em operação, quando puxado, a responsabilidade precisa e deve ser compartilhada, no mínimo, com todo um legado histórico.

Resumir-se a criticar sem compreender a dimensão que há por trás da estafante rotina é incorrer em uma atitude açodada e ingênua. São muitas variantes a serem consideradas em uma análise minimalista, mas me arrisco a trazer algumas para reflexão.

O exemplo da operação no Jacarezinho nos serve como provocação às nossas mentes, capaz de nos permitir uma análise mais atenta da realidade que nos cerca. Quem sabe, daí, surjam atitudes, comportamentos, que possibilitem conclusões mais assertivas, que nos direcione para novos caminhos. Afinal, ao cabo de tudo, o que queremos enquanto sociedade, é a paz social.

Torna-se imperioso compreender como muitas dessas comunidades se formam, notadamente aquelas do Rio de Janeiro, a realidade retratada, por exemplo, nas páginas de O Cortiço, de Aluísio de Azevedo. Ali, creio que com toda sapiência, o escritor tenha tido a intenção de deixar para as gerações futuras um retrato do contexto social advindo com a abolição da escravidão, cuja data, diga-se, fora comemorada na semana vindoura.

É sabido que toda a massa de ex-escravos, sem leitura, ofício ou posses foi jogada às margens da sociedade. Juntaram-se em amontoados de barracos, guetos sem quaisquer condições sanitárias para uma vida digna. Na tentativa de transformação da cidade aos moldes da Paris, francesa, na pior versão da belle époque, muitos desses aglomerados foram expulsos das regiões centrais, vindo a ocupar os morros e favelas em áreas marginais. Invisíveis aos olhos do Estado! Mas até quando?

Ao longo de décadas essas comunidades se reinventaram, conheceram o poder dos laços

entre vizinhos, da ajuda mútua, do fortalecimento de uma cultura de colaboração. Com sorriso no rosto e olhos de esperança, mesmo que afundados na miséria, encaravam a falta de assistência estatal, sofriam na pele a discriminação em razão da cor, classe, local de moradia. Os verbos podem ser trazidos para o presente, visto que tal quadro social persiste.

A história conta por si e nos ajuda a entender que, na ausência do Estado, havia espaços para a tranquila atuação de grupos que estruturaram o seu *modus operandi* paralelo ao poder oficial e, quando este acordou, a situação já se encontrava em total descompasso. Como tentativa de conter crimes e contravenções ali praticados, optou pelo enfrentamento, em detrimento da devida assistência garantidora de direitos e do cumprimento de deveres. Cidadãos de bens passaram a vítimas e reféns de uma guerra que parece não ter fim.

Quando digo que o gatilho não se puxa só, falo de todo o contexto, causas e consequências, que levam o policial a agir de forma tão letal no Brasil, especialmente nos grandes centros urbanos. O nosso modelo de combate ao crime está sustentado apenas no enfrentamento bélico, relegando-se por completo políticas sociais essenciais para a transformação positiva dessas comunidades, como saúde, educação, cultura, lazer, esporte, geração de emprego e renda.

O único braço do Estado que o cidadão de uma comunidade conhece é aquele que puxa o gatilho. Nessa guerra, temos outra vítima, que por vezes é tida como vilã, devido sua atuação de enfrentamento: a polícia.

Mas como disse e repito, o peso sobre o gatilho não é de um único dedo, mas de uma política equivocada, calcada no exemplo das parcas declarações de guerra do último governante do Estado do Rio, ora impedido. O policial, desde a academia, é treinado para o combate, daí porque características físicas são condições básicas no processo de aprovação e formação.

Vencida a etapa de formação, se deparam com uma realidade na qual são jogados como a solução para o fim quadro de barbárie, sem saber que, logo, serão eles, também, vítimas de uma dura e complexa realidade. Falta estrutura para execução do trabalho bem feito, os salários são baixos, o risco da profissão alto e permanente, o conjunto de normas precisa de urgente revisão.

Diante de todo esse caótico quadro, obedecem a um forte regime hierárquico e são chamados a atuar de forma reativa. Historicamente o Estado falhou, mas os rumos ainda podem ser corrigidos. O que não se pode, ao modelo visto em outras partes do mundo, é querer alcançar a paz social com ações de guerra.

A reforma do sistema de segurança pública é necessária e urgente, mas não mais que a reforma do Estado, a fim de que cumpra o seu efetivo papel republicano de promotor da paz e da ordem. Não por meios bélicos, mas mediante ações de promoção do ser humano em toda sua dimensão.

Que a operação do Jacarezinho sirva-nos, também, de reflexão sobre os caminhos que a nação brasileira tem tomado para resolver os impasses trazidos por políticas em descompasso com a realidade social. Antes que se eleve o tom de qualquer crítica, não quero aqui usar de retóricas ideológicas, não cabendo apontar culpados ou inocentes, certos ou errados. Deixo apenas a reflexão sobre para o caminho que estamos trilhando.

Creio que pelo menos uma coisa esteja certa diante de todos os mais recentes acontecimentos: mudar é preciso. No âmbito do Estado, toda reforma é bem-vinda e necessária de tempos e em tempos, mas ao que parece, hoje, a mais importante, necessária e urgente é a reforma da própria máquina estatal.

PAINEL

Camila Mattoso

painel@grupofolha.com.br

NÃO TÁ FÁCIL... A desembargadora Nelma Sarney, cunhada do ex-presidente José Sarney (MDB-MA), pediu que a presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão considere compensar os gastos a mais que os magistrados têm tido com eletricidade, internet e compra de equipamentos no regime de home office.

...PRA NINGUÉM Em ofício, Nelma diz que não se trata de ajuda de custo, mas de justa e correta compensação de gastos. O salário-base de um desembargador é de R\$ 35,5 mil, sem contar penduricalhos e vantagens extras.



PETINHADAS

Pobreza multidimensional

No Brasil, histórica e estruturalmente, o “cidadão de bem” é praticamente sinônimo de “cidadão de bens”. Negros, mestiços, mulatos, indígenas, caboclos e tantos outros oprimidos sempre estiveram excluídos da cidadania. Mesmo após a abolição da escravidão, o estigma de superexploração e a discriminação racial mantiveram seu vigor negativo, com os negros tornando-se “livres” para mendigar ou para “mourejar feito doido”, como o personagem “Nego Leléu”, na obra “Viva o Povo Brasileiro”, do saudoso escritor baiano, João Ubaldo Ribeiro.

Desse processo resultou, historicamente, uma cidadania pífia e enferma, com cidadãos deserdados, sem-terra, sem trabalho, sem teto, sem comida, rechaçados para os porões, periferias e lixões, longe do olhar de políticos submergidos

unicamente em interesses eleitorais ou agarrados em visões enviesadas, peremptórias, reduzidas. Uma multidão de cidadãos sem vez e sem voz despenca cada vez mais para níveis sociais críticos de extrema pobreza.

O país utópico do futuro sem pobreza está cada vez mais distante e o Brasil despótico é a realidade que insiste em permanecer presente. A pobreza geradora de fome tornou-se uma chaga no Brasil, sendo uma das formas mais violentas de humilhar as pessoas e ferir-lhes a alma. Nos últimos 30 anos a renda dos mais pobres permaneceu inalterada, enquanto a dos mais ricos cresceu 300%. Não há atenuante. Num país que produz alimentos suficientes para garantir comida a todos os seus habitantes, a fome nada mais é do que um crime, que trai o dom originário destinado à humanidade sem qualquer exclusão. (Antônio Carlos Lua – Jornalista)



*** E olha essa!!! Sem dar “nome aos bois”, um ‘antenado’ da área judicial informou ao Dr. Pêta que um(a) magistrado(a) encaminhou ao chefe maior do Palácio Clóvis Bevilacqua um ofício, com o assunto “compensação dos gastos extraordinários provenientes do regime de home Office”, dizendo: “Ciente da situação extraordinária que estamos vivenciando, advinda da pandemia causada pelo coronavírus e ressaltando que Vossa Excelência tudo tem feito com o objetivo de reduzir os impactos advindos desse cenário para o atendimento das necessidades dos servidores e

membros do Poder Judiciário do nosso Estado, proponho, a título de sugestão, a análise da viabilidade dos gastos extraordinários, provenientes do regime de home office, considerando-se um aumento significativo de gastos pessoais dos servidores e magistrados com a implantação do regime remoto, tais como energia elétrica, internet e equipamentos. De outro lado, é inequívoca a economia de gastos do TJ com energia elétrica, serviços de manutenção, material de expediente, passagens e diárias”!!! A pessoa que enviou o ofício enfatiza que não se trata de qualquer tipo de “ajuda de custo”, mas de “justa e correta compensação de gastos”!!! Interessante!!! Taí que os servidores vão gostar demais!!! Não se sabe ainda a resposta do chefe!!!

Osmar Gomes

Juiz de Direito da Comarca da Ilha de São Luís, membro das academias Ludovicense de Letras, Maranhense de Letras Jurídicas e Matinhense de Ciências, Artes e Letras.



O GATILHO QUE NÃO SE PUXA SÓ

Neste breve rascunho quero prestar solidariedade às dezenas, centenas, milhares de famílias vítimas da violência policial em todo Brasil. Mas muito mais que uma eventual ação desastrosa, o episódio recente da Comunidade do Jacarezinho escancarou uma face que muitos não conseguem dimensionar.

Antes de sentar na cadeira de magistrado, fui membro das forças de segurança, especificamente a respeitada Polícia Civil do Maranhão. Nos vários papéis que assumi, ora lá, ora cá, pude colher boas experiências e posso afirmar: o gatilho de um policial em operação, quando puxado, a responsabilidade precisa e deve ser compartilhada, no mínimo, com todo um legado histórico.

Resumir-se a criticar sem compreender a dimensão que há por trás da estafante rotina é incorrer em uma atitude açodada e ingênua. São muitas variantes a serem consideradas em uma análise minimalista, mas me arrisco a trazer algumas para reflexão.

O exemplo da operação no Jacarezinho nos serve como provocação às nossas mentes, capaz de nos permitir uma análise mais atenta da realidade que nos cerca. Quem sabe, daí, surjam atitudes, comportamentos, que possibilitem conclusões mais assertivas, que nos direcione para novos caminhos. Afinal, ao cabo de tudo, o que queremos enquanto sociedade, é a paz social.

Torna-se imperioso compreender como muitas dessas comunidades se formam, notadamente aquelas do Rio de Janeiro, a realidade retratada, por exemplo, nas páginas de O Cortiço, de Aluísio de Azevedo. Ali, creio que com toda sapiência, o escritor tenha tido a intenção de deixar para as gerações futuras um retrato do contexto social advindo com a abolição da escravatura, cuja data, diga-se, fora comemorada na semana vindoura.

É sabido que toda a massa de ex-escravos, sem leitura, ofício ou posses foi jogada às margens da sociedade. Juntaram-se em amontoados de barracos, guetos sem quaisquer condições sanitárias para uma vida digna. Na tentativa de transformação da cidade aos moldes da Paris, francesa, na pior versão da belle époque, muitos desses aglomerados foram expulsos das regiões centrais, vindo a ocupar os morros e favelas em áreas marginais. Invisíveis aos olhos do Estado! Mas até quando?

Ao longo de décadas essas comunidades se reinventaram, conheceram o poder dos laços entre vizinhos, da ajuda mútua, do fortalecimento de uma cultura de colaboração. Com sorriso no rosto e olhos de esperança, mesmo que afundados na miséria, encaravam a falta de assistência estatal, sofriam na pele

a discriminação em razão da cor, classe, local de moradia. Os verbos podem ser trazidos para o presente, visto que tal quadro social persiste.

A história conta por si e nos ajuda a entender que, na ausência do Estado, havia espaços para a tranquila atuação de grupos que estruturaram o seu modus operandi paralelo ao poder oficial e, quando este acordou, a situação já se encontrava em total descompasso. Como tentativa de conter crimes e contravenções ali praticados, optou pelo enfrentamento, em detrimento da devida assistência garantidora de direitos e do cumprimento de deveres. Cidadãos de bens passaram a vítimas e reféns de uma guerra que parece não ter fim.

Quando digo que o gatilho não se puxa só, falo de todo o contexto, causas e consequências, que levam o policial a agir de forma tão letal no Brasil, especialmente nos grandes centros urbanos. O nosso modelo de combate ao crime está sustentado apenas no enfrentamento bélico, relegando-se por completo políticas sociais essenciais para a transformação positiva dessas comunidades, como saúde, educação, cultura, lazer, esporte, geração de emprego e renda.

O único braço do Estado que o cidadão de uma comunidade conhece é aquele que puxa o gatilho. Nessa guerra, temos outra vítima, que por vezes é tida como vilã, devido sua atuação de enfrentamento: a polícia.

Mas como disse e repito, o peso sobre o gatilho não é de um único dedo, mas de uma política equivocada, calcada no exemplo das parcas declarações de guerra do último governante do Estado do Rio, ora impedido. O policial, desde a academia, é treinado para o combate, daí porque características físicas são condições básicas no processo de aprovação e formação.

Vencida a etapa de formação, se deparam com uma realidade na qual são jogados como a solução para o fim quadro de barbárie, sem saber que, logo, serão eles, também, vítimas de uma dura e complexa realidade. Falta estrutura para execução do trabalho bem feito, os salários são baixos, o risco da profissão alto e permanente, o conjunto de normas precisa de urgente revisão. Diante de todo esse caótico quadro, obedecem a um forte regime hierárquico e são chamados a atuar de forma reativa. Historicamente o Estado falhou, mas os rumos ainda podem ser corrigidos. O que não se pode, ao modelo visto em outras partes do mundo, é querer alcançar a paz social com ações de guerra.

A reforma do sistema de segurança pública é necessária e urgente, mas não mais que a reforma do Estado, a fim de que cumpra o seu efetivo papel republicano de promotor da paz e da ordem. Não por meios bélicos, mas mediante ações de promoção do ser humano em toda sua dimensão.

Que a operação do Jacarezinho sirva-nos, também, de reflexão sobre os caminhos que a nação brasileira tem tomado para resolver os impasses trazidos por políticas em descompasso com a realidade social. Antes que se eleve o tom de qualquer crítica, não quero aqui usar de retóricas ideológicas, não cabendo apontar culpados ou inocentes, certos ou errados. Deixo apenas a reflexão sobre para o caminho que estamos trilhando.

Creio que pelo menos uma coisa esteja certa diante de todos os mais recentes acontecimentos: mudar é preciso. No âmbito do Estado, toda reforma é bem-vinda e necessária de tempos e em tempos, mas ao que parece, hoje, a mais importante, necessária e urgente é a reforma da própria máquina estatal.

Kátia Persovisan

katiapsv@hotmail.com • contato@katiapersovisan.com.br

Curta o facebook: <https://www.facebook.com/persovisan>

Blog: <http://blog.jornalpequeno.com.br/persovisan/>

CONTEXTO



Regularização

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão (CGJ-MA) firmou “Acordo de Cooperação Técnica” com a União, o Estado do Maranhão e o Município de São Luís, com o objetivo de realizar a regularização fundiária e garantir o direito de moradia aos moradores do Conjunto Habitacional “Residencial Camboa”, em São Luís, que aguardam há cerca de dez anos o reconhecimento do direito à moradia e à propriedade dos seus imóveis. A celebração do acordo foi realizada, nesta quinta-feira, 13, na sede da CGJ-MA.

Homem é preso suspeito de tentativa de latrocínio contra casal em Bacabal

Crime ocorreu no dia 15 de março, deste ano, no povoado Mata Fome

LUCIENE VIEIRA

Um homem foi preso por volta das 22h dessa sexta-feira (14), na rodoviária de Bacabal, quando se preparava para embarcar para a cidade de Matupá, no Mato Grosso. Ele é acusado de ter praticado uma tentativa de latrocínio contra um casal, no dia

15 de março deste ano, por volta das 20h, na zona rural da cidade maranhense, nas proximidades do povoado Mata Fome. O mandado de prisão foi expedido pela 1ª Vara Criminal da Comarca de Bacabal. Segundo a polícia, o casal foi perseguido por cinco suspeitos que estavam em três motocicletas. Eles determinaram que o casal

parasse a moto e passaram a agredir as vítimas, de forma física e psicológica. Inclusive, chegaram a colocar uma arma de fogo na cabeça do rapaz e acionaram o gatilho por duas ou três vezes, de modo que só não o mataram, porque a arma falhou. Em seguida, determinaram que o casal saísse correndo para dentro do mato e subtraíram a motocicleta. As investigações revelaram o principal suspeito de ter participado do crime, inclusive as vítimas o reconheceram como sendo o mais agressivo do grupo

criminoso, e a Polícia Civil representou pela prisão preventiva dele. No dia 13 de maio de 2021, o Poder Judiciário decretou a prisão preventiva dele, e a equipe de policiais civis da 16ª Delegacia Regional de Bacabal passou a realizar diligências para localizá-lo. Após os procedimentos de praxe, o preso será encaminhado à Unidade Prisional de Bacabal, onde permanecerá à disposição da Justiça. A polícia informou que as investigações continuam para localizar e prender os demais autores do crime.